

**A CRISE ATUAL E A ENGENHARIA BRASILEIRA**

Vivemos tempos marcados por enormes incertezas e pelo retrocesso generalizado, especialmente nos campos político, social e econômico. Na política externa, por exemplo, o distanciamento assumido pelo Brasil em relação à integração sul-americana, aos países da África e ao grupo dos BRICS caracteriza o abandono da política externa independente, praticada, com breves interrupções, desde o governo Kubitschek. No campo interno, por sua vez, percebe-se o deliberado desmonte da economia nacional e do patrimônio público construído nas últimas seis décadas com o indispensável apoio do BNDES, do qual, diga-se de passagem, apequenado em favor da banca privada, foi retirado o papel de indutor do desenvolvimento. Mais ainda, cedendo aos interesses de curto prazo do 'mercado', os investimentos patrocinados pelo Estado são drasticamente reduzidos, chegando, mesmo, a ser eliminados, como no caso da exportação dos serviços de engenharia. Infelizmente, no curso deste processo, como sempre ocorre nestes casos, o maior quinhão de sofrimento cabe à população, especialmente aos mais pobres. Com efeito, em decorrência da crise econômica, da precarização dos programas sociais e de compensação, do congelamento dos investimentos sociais por vinte anos e da supressão de direitos, os serviços públicos de saneamento, saúde, educação e segurança se deterioraram e as desigualdades se agravam, dando mais força à crise social, tão evidente nos noticiários, inclusive naqueles de natureza policial.

O setor econômico mais afetado pela crise talvez seja a engenharia, pois, a pretexto do combate à corrupção, com o que todos concordamos, as principais empresas foram afetadas, em processo que redundou no fechamento de milhares de empresas e de escritórios e no desemprego de mais de 100 mil profissionais. Nunca é demais lembrar que, entre as empresas estratégicas mais atingidas, estão símbolos e orgulhos da engenharia brasileira, como a Petrobras, a Eletrobras, a Embraer e a Embrapa. No âmbito da Petrobras, por exemplo, a entrega de reservas do Pré-Sal às petroleiras internacionais, o atual tratamento às empresas aqui instaladas, a venda de ativos importantes, o abandono dos investimentos para o refino de petróleo e a produção de insumos petroquímicos e, ainda, o

pagamento de indenização bilionária a acionistas internacionais debilitam a companhia, retirando-lhe a função de âncora do desenvolvimento industrial do País. Na realidade, a exemplo daquilo do que ocorre em outras áreas estratégicas, como mineração, saneamento, ora ameaçada pela Medida Provisória 844, transportes, nos mais diversos modais, especialmente o ferroviário, vítima de abandono há várias décadas, o desmonte do setor elétrico é gravíssimo, pois, ao considerar energia como mercadoria (e não como insumo) e ao desconsiderar as vantagens do sistema interligado nacional, único no mundo, de transmissão e distribuição de energia elétrica, o governo federal manifesta a disposição de privatizar a Eletrobras e, com ela, os reservatórios de bacias hidrográficas importantes, entre as quais as do Amazonas, Paraguai/Paraná, São Francisco e Araguaia/Tocantins o que, caso se concretize, desorganizará definitivamente o setor, em benefício único e exclusivo de grupos financeiros interessados.

Na realidade, além de dificultar o encadeamento com a tecnologia e a inovação, as dificuldades impostas deliberadamente à nossa engenharia comprometem o desenvolvimento econômico soberano, sustentável e socialmente inclusivo do Brasil e do seu povo. Nunca é demais lembrar que, sendo um País em construção, fincado em extenso território tropical caracterizado por sete biomas terrestres e um marinho, todos dotados de abundantes recursos naturais, para alcançar nível de desenvolvimento compatível com os sonhos e merecimentos de seus mais de duzentos milhões de habitantes, o Brasil precisa contar com uma engenharia forte e capaz de tirar partido das vantagens naturais do País, de modo a transformar suas potencialidades em riquezas efetivas.

Por isso e muito mais, com a insatisfação cívica de quem repudia o progressivo desmantelamento da economia nacional e o agravamento das tensões sociais, com a responsabilidade patriótica de querer ajudar a construir um Brasil melhor para todos e com a consciência profissional de que a engenharia é um instrumento indispensável para a promoção do crescimento necessário à conquista do desenvolvimento e do bem-estar social, o Colégio de Entidades Nacionais do Sistema Confea/Crea (CDEN) condena a política econômica recessiva em curso, denuncia a sistemática desnacionalização do Patrimônio público em afronta à soberania nacional, defende o restabelecimento dos direitos sociais

recentemente suprimidos e, por fim, declara que, para a manutenção da paz social, é necessário que o Brasil preserve a Democracia e reencontre o seu destino.

Maceió, 24 de agosto de 2018.